

SC11318
AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 251 11 551 77 00 Fax :251 11 551 78 44

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima - Quarta Sessão Ordinária
21 - 28 de Janeiro de 2014
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/812 (XXIV)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE A
PARCERIA RENOVADA PARA UMA ABORDAGEM
UNIFICADA SOBRE A ERRADICAÇÃO DA FOME EM ÁFRICA
ATÉ 2025, NO ÂMBITO DO PROGRAMA INTEGRADO PARA O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM ÁFRICA
ADIS ABEBA, ETIÓPIA, 29 DE JUNHO – 1 DE JULHO DE 2013**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE A PARCERIA
RENOVADA PARA UMA ABORDAGEM UNIFICADA SOBRE A
ERRADICAÇÃO DA FOME EM ÁFRICA ATÉ 2025, NO ÂMBITO DO
PROGRAMA INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA EM ÁFRICA**

Adis Abeba, Etiópia, 29 de Junho – 1 de Julho de 2013

SÍNTESE

1. A Reunião de Alto Nível (HLM), organizada sob o tema "Rumo ao Renascimento Africano: *Parceria Renovada para uma Abordagem Unificada para a Erradicação da Fome em África até 2025, no Âmbito do CAADP*", teve por objectivo chegar-se a acordo em torno de um conjunto comum de princípios e acções concretas para a erradicação da fome e a subnutrição em África. A reunião foi convocada pela Comissão da União Africana (CUA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Lula (IL) do Brasil - com o patrocínio político e inspiração do antigo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

2. A reunião de três dias, que contou com a participação de mais de 350 delegados de cerca de 40 países, iniciou os seus trabalhos com o Diálogo Multilateral em 29 de Junho, seguido de uma Sessão Ministerial no dia 30 de Junho e, finalmente, a Sessão de Chefes de Estado e de Governo, em 1 de Julho de 2013. O Diálogo entre o estado e actores não-estatais, constituiu uma plataforma para diferentes intervenientes partilhar, trocar e definir as suas estratégias de modo a engajar-se numa "Parceria Renovada para a Erradicação da Fome em África".

3. A Reunião de Alto Nível abordou casos de sucesso em países que conseguiram reduzir o número de pessoas afectadas pela fome e demonstraram um alto nível de compromisso político, através de acções como um ingrediente-chave nos esforços visados erradicar a fome. Destacar que as pessoas afectadas pela fome estão frequentemente no seio de segmentos desorganizados da sociedade, que podem até não ter forças suficientes para dizer que padecem de fome; apela-se para uma protecção social, em direcção a programas e acções de erradicação da fome. A Reunião de Alto Nível enfatizou que a protecção social não deve ser vista/concebida na base de um prisma de bem-estar; pelo contrário, deve procurar abordar o seu potencial produtivo no sentido de trazer de volta segmentos marginalizados da sociedade a produtividade económica. A reunião sublinhou o papel dos estados e governos, apelando para que, uma vez mais, seja dada prioridade aos orçamentos nacionais com vista à erradicação da fome. A mesma foi de opinião que, enquanto a África tentar soluções internas, não haverá qualquer benefício em reinventar a roda, dado que cada um dos países africanos está na posição confortável de escolher os pontos mais fortes de vários sistemas e adaptá-los às suas próprias necessidades específicas.

4. A égide da parceria renovada permitiu a adopção de uma declaração para a Erradicação da fome em África até 2025, por líderes africanos e internacionais presentes. A Declaração, tomando conhecimento do impacto adverso da fome e da desnutrição nas economias africanas, faz um apelo para (i) uma combinação

de políticas de desenvolvimento agrícola sustentável e de instrumentos de protecção social para a erradicação da fome; (ii) a necessidade de mobilizar recursos orçamentais internos para programas destinados a transformação do sector de produção de alimentos e definir a erradicação da fome e o desenvolvimento institucional como objectivos políticos; e (III) reconhece o papel de uma parceria renovada reunindo estados, agentes não-estatais e comunidades na luta comum pela erradicação da fome.

5. A Declaração sublinhou que a erradicação da fome transcende o Ministério da Agricultura e sectores de Desenvolvimento Rural, para incluir outros sectores como as finanças. Faz um apelo para a construção de um forte mecanismo de coordenação de alto nível, visto ser necessário para facilitar as acções ao nível nacional. A Declaração reafirma as metas do Quadro do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e compromete-se a implementar um Roteiro, principalmente com recursos de África, e convida os Parceiros de Desenvolvimento para fortalecerem as suas parcerias na tentativa de realizar a meta de erradicação da fome.

6. A reunião resolveu que as decisões da Reunião de Alto Nível sejam discutidas pela Conferência da União Africana, de Janeiro de 2014, que incidirá sobre a agricultura e segurança alimentar.

SESSÃO I: DISCURSOS DE ABERTUTA

7. No seu discurso de abertura como presidente da sessão, **S.E. o Dr. José Graziano da Silva, Director-geral da FAO**, indicou que África precisa do método mais eficaz para fornecer alimentos às famílias. Ele ressaltou que não havia necessidade de vinculação do apoio produtivo à protecção social. Por esta razão, a FAO, a UA e o Instituto Lula juntaram forças para trabalharem conjuntamente em torno da Agenda 'Acabar com a Fome'. Ele revelou que o Roteiro visava adoptar abordagens para necessidades específicas, curtas e de longo prazo das populações vulneráveis. *"Nós não estamos aqui para reinventar a roda, mas sim para renovar o nosso compromisso de acabar com a fome em África"*, assegurou a reunião.

8. **S.E. Tumusiime Rhoda Peace, Comissária para a Economia Rural e Agricultura da Comissão da União Africana**, fez votos de boas-vindas aos delegados à Reunião de Alto Nível e chamou a atenção para os esforços desarticulados em curso que contribuiriam para que a África ficasse para trás. Isto, observou a Comissária, colocou uma neoplasia ao sonho renascentista apelando para uma abordagem comum, ancorada na autoconfiança e no optimismo. *"Assim, faço um apelo a todos os presentes para pensar e fazer as coisas de forma diferente, de modo a que nós possamos adoptar abordagens pragmáticas, possíveis, viáveis e unificadas para a Erradicação da fome no continente"*. Ela concluiu expressando um grande apreço ao Director-geral da FAO e ao Presidente Lula pela sua liderança na co-organização com a CUA desta iniciativa deveras histórica.

9. **O Ministro de Estado da Agricultura da Etiópia, Ilustre Wondirad Mondefro**, destacou que, devido a pressões externas, era difícil para o

continente alcançar um crescimento económico sustentado e substancial. No entanto, na última década, alguns países africanos conseguiram atingir um crescimento económico. Ele informou que a Etiópia alcançou a média de dois dígitos do crescimento económico e que este crescimento tinha sido melhorado depois que o país adoptou o CAADP. Ele evocou a seca severa e seus efeitos que colocaram o país num grave estado de insegurança alimentar. Desta feita, o Ministro de Estado deu alguns destaques sobre o desenvolvimento e robustas estratégias de erradicação da pobreza do país, incluindo, entre outros, componentes do Programa de Segurança Alimentar na Etiópia, nomeadamente, redes de segurança produtivas. Revelou que até a data mais de 2,8 milhões de pessoas beneficiaram dos programas da rede de segurança. Observou ser incentivador mas não suficiente e foi oportuno para o país aprender do Brasil, China e Vietname e beneficiar dos parceiros.

SESSÃO II: SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA – RUMO À ERRADICAÇÃO DA FOME

10. **O Dr. Abebe Haile Gabriel, Director do Departamento de Economia Rural e Agricultura**, apresentou um documento intitulado "*Parcerias para a Erradicação da Fome em África: Desafios, Oportunidades e Melhores Práticas para o Melhoramento*". Ele destacou o paradoxo no facto de que um continente apelidado como o de mais rápido crescimento foi, por outro lado, a região de maior insegurança alimentar ao nível mundial. Ele observou que o aumento da produção de alimentos não garante necessariamente livrar-se da fome para a maioria da população. Para erradicar a fome, o Dr. Abebe delineou uma série de mensagens-chave incluindo assumirmos o problema, acreditarmos em nós próprios; evitarmos subterfúgios para a inacção/falta de conhecimentos ou de recursos; aprendermos de experiências bem sucedidas e adaptá-las, de forma criativa, às nossas circunstâncias; tomarmos acções concretas; e assumirmos individualmente a responsabilidade pelas nossas acções e resultados.

11. **A Dra. Lindiwe Majele Sibanda, Directora Executiva da Rede de Análise de Políticas Alimentares, Agrícolas e de Recursos Naturais (FANRPAN)**, fez uma apresentação sobre as recomendações da Sessão de Diálogo de Multiparticipantes do 1º Dia (realizada em 29 de Julho de 2013). Ela resumiu as mensagens-chave dessa sessão, fazendo um apelo para: (1) a institucionalização das contribuições de Actores não-Estatais; (2) a responsabilidade como componente indispensável para uma "abordagem comum visado a Erradicação da fome em África"; e (3) uma vontade política constantemente elevada.

SESSÃO III: EXPERIÊNCIA DE PAÍSES NA ERRADICAÇÃO DA FOME (ÁSIA E AMÉRICA LATINA)

China:

12. O chefe da delegação chinesa afirmou que o seu governo atribuiu grande importância ao combate à pobreza e à fome. Ele afirmou que tendo em conta que 1,5 mil milhões de pessoas no mundo eram vítimas da pobreza, a comunidade internacional devia assumir a responsabilidade de ajudar a mitigar a fome e

reduzir a pobreza, prestando assistência em prol do desenvolvimento. Salientou que o Governo Chinês atribui grande importância à erradicação da fome e da pobreza. Ele indicou que, no espírito de Cooperação Sul-Sul, a China ajudou os países africanos a aumentar a sua produtividade agrícola através do estabelecimento de relações de transferências de tecnologia, acesso e demonstração de máquinas, entre outros. A China prometeu dar o seu apoio à África para erradicar a pobreza e a fome.

Vietnam:

13. O chefe da delegação vietnamita informou a Reunião de Alto Nível que o seu país chegou a ser um país de défice alimentar durante a década de 1970 e 1980. Desde 1986, o Vietnam adoptou a política de "Renovação", que mudou a direcção do desenvolvimento económico no sector da agricultura. De um país de deficit alimentar, o Vietnam começou a exportar, tornando-se mais tarde no segundo maior exportador de arroz do mundo. Foi salientado que os elementos-chave da política vietnamita era: (i) uma política consistente com compromissos políticos fortes; (ii) uma reforma integral, em conformidade com os mecanismos de mercado, criando as condições favoráveis para que os factores de produção e de escoamento da produção mercantil funcionem com eficácia; (iii) maiores investimentos para sistemas de gestão de água, garantindo a irrigação de mais de 70 % da área de cultivo de arroz; (iv) investir em programas de selecção de sementes, desenvolver um sistema de extensão rural centrado no agricultor; e (v) desenvolver serviços agrícolas; e criar um esquema de crédito doméstico para os agricultores.

Brasil:

14. A Ministra da Agricultura do Brasil começou por dizer que o governo do Brasil, desde 2002, iniciou programas vigorosos de política social. Ela salientou que era crucial reservar parte dos orçamentos nacionais para o investimento social. Considerando a pobreza e a fome como um problema complexo e multidimensional, ela descreveu o quadro conceptual brasileiro da *Iniciativa Fome Zero* e sua estrutura política, cobrindo a política de crescimento inclusivo, a política de desenvolvimento agrícola e a política de protecção social. Ela apresentou igualmente as quatro abordagens para a Erradicação da fome, ou seja; i) o acesso aos alimentos; II) a geração de renda através do programa '*Bolsa Família*'; III) a promoção da agricultura familiar; (iv) a participação e responsabilidade do cidadão comum. Ela destacou a concretização através de:

- *Rede de pequenos agricultores* – o Governo apoiou o aumento de linhas de crédito agrícolas e a redução das despesas bancárias e das taxas de crédito. Além disso, o governo aumentou os investimentos na assistência técnica com vista a melhorar a produtividade da agricultura. A merenda escolar garantida nas zonas rurais, proporcionando um mercado para pequenos produtos, através do sector privado e compras governamentais, resultando no aumento da produção de bens alimentares e da renda nas áreas rurais.

- *Bolsa Família* - apoio directo às famílias de renda mais baixas, com o recepção da transferência de renda do Estado. Isto aumentou para mais de 100% a renda do agregado familiar de rendas mais baixas. A pobreza foi significativamente reduzida.
- *Criação de emprego* - *Vinte milhões de novos empregos foram criados em 10 anos, tendo o governo definindo um salário mínimo acima da taxa de inflação a fim de manter os níveis de rendimento reais.*

EXPERIÊNCIAS DE ÁFRICA

Angola:

15. Após 30 anos de guerra, a economia e o sector agrícola de Angola foram enfraquecidos, deixando as pessoas extremamente dependentes da ajuda alimentar externa. No entanto, desde o retorno à paz, em 2002, a luta contra a erradicação da pobreza e da fome tem sido uma prioridade do Estado e foi incluída na política do governo. Recursos financeiros e humanos significativos foram mobilizados, especialmente para a reabilitação de infra-estruturas, nomeadamente - estradas, escolas e hospitais. Os pequenos agricultores estão no centro desta intervenção e destes programas.

16. O governo introduziu o seu programa de desenvolvimento rural, que inclui a distribuição de sementes e insumos agrícolas grátis, irrigação em pequena escala e grande escala (com uma forte participação da juventude e de mulheres), tendo também implementado o seu componente denominado "água para todos", visando as populações rurais. Isto resultou especialmente no aumento exponencial da produção de grãos. O programa incentivou o acesso de pequenos produtores a mercados e testemunhou a atribuição de recursos públicos à agricultura, beneficiando um grande número de municípios. Como resultado de todo esse conjunto de intervenções, Angola conseguiu atingir o primeiro ODM. Angola anunciou a sua contribuição de 10 milhões de dólares para o Fundo Africano de Solidariedade Social.

Etiópia:

17. A Etiópia tem trabalhado no sentido de erradicar a pobreza e a fome. o seu esforço visado pôr termo à fome e à pobreza, baseou-se na direcção da sua política económica (ADLI), centrada em (i) garantir o rápido crescimento económico; (ii) promover o desenvolvimento de uma economia orientada para o mercado; (iii) eliminar a dependência da ajuda alimentar do país; e (iv) elevar os benefícios para as populações. Isto é reforçado com a política de desenvolvimento rural, que está mais focada sobre as estratégias intensivas do trabalho e a utilização adequada da terra.

18. A implementação sistemática das políticas viu o PIB crescer por mais de 10% nos últimos nove anos, e o número de pessoas a graduar-se do programa de rede de segurança registou aumentos anuais. Isto tem como base uma forte liderança e compromisso do governo; com uma visão e estratégia nacionais de

longo prazo e preparadas internamente; uma integração completa do programa de segurança alimentar, com todos os sectores e intervenções, assim como um foco sobre a redução da vulnerabilidade.

Malawi:

19. Observou-se que o Malawi atribuía cerca de 18 a 19% do orçamento nacional ao sector agrícola, superando a taxa mínima de 10% do CAADP, e que o investimento tinha alcançado um crescimento agrícola anual de 6-8%. Dentre as áreas de investimento destacam-se, entre outras, subvenções à produção agrícola, um programa de infra-estruturas agrícolas e um compromisso político alto e consistente (isto é, a Iniciativa Presidencial sobre a Pobreza e o Programa de Redução da Fome). Estes tiveram como resultado a melhoria da segurança alimentar e um aumento da renda, com a adopção de tecnologias. Também continuou a registar-se algumas restrições no tocante às perdas pós-colheita, o financiamento da Agricultura, desafios dos mercados de matérias-primas e resposta lenta do sector privado.

Níger:

20. O Níger foi confrontado com um desafio enorme de superar a fome e a pobreza, particularmente devido a seca e a choques do clima. A lei reconhece que todos os cidadãos devem ter acesso aos alimentos. Após isso, o governo desenvolveu uma estratégia para fazer face aos desastres naturais e apoiar pessoas vulneráveis, de modo a dar resposta ao problema da insegurança alimentar. A estratégia do Níger centra-se em dois aspectos: (a) o aumento da actividade pastoril, aumento das trocas comerciais e da produção de víveres, a prevenção da insegurança alimentar através da protecção dos mais vulneráveis e a criação de um ambiente propício, por meio da planificação de investimentos prioritários. (b) a concepção de um mecanismo que permita a participação da liderança nacional e a inclusão dos parceiros, bem como o estabelecimento de equipas ao nível do agregado familiar, aldeias e cidades.

21. Num espaço de dois anos, a produção aumentou para 49% e a subnutrição baixou para 113%. A incidência de crise alimentar reduziu graças às políticas. As estratégias baseadas na produtividade tiveram igualmente em consideração questões sociais, a melhoria dos mercados locais em benefício dos mais vulneráveis e o aumento da produção alimentar ao nível do agregado familiar.

IV SESSÃO: FUNDO FIDUCIÁRIO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA E OUTROS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

22. **A Sra. Maria Helena Semedo, Directora-geral Adjunta da FAO,** dirigiu-se aos delegados apresentando o Fundo Africano de Solidariedade Social, criado por ocasião da 26ª Conferência Regional da FAO para a África, no Congo, Brazavile em resposta às crises no Corno de África e no Sahel. Ela disse ainda

que as prioridades do Fundo estavam em conformidade com o CAADP e iriam promover a Cooperação Sul-Sul, a troca de ideias e boas práticas em África e noutras partes, e promoveriam também mulheres produtoras e empresárias. Referiu que o Fundo de Solidariedade reger-se-ia através de um Comité Directivo que desempenharia funções de supervisão geral, com um Secretariado baseado em Acra, Gana, sendo a FAO a Agência fiduciária (gestora).

23. Ela anunciou que o Fundo de Solidariedade recebeu contribuições do governo da Guiné Conacri (30 milhões de dólares) e que os governos da República do Congo e República de Angola tinham feito promessas.

PRINCIPAIS DESTAQUES

- (i) Os sucessos registados em países que conseguiram erradicar a fome, não vieram ao acaso, mas resultaram de uma clara visão e objectivos, liderança empenhada, uma acção concertada e apropriação por todos ao nível nacional. Neste caso, é importante reconhecer a liderança excepcional demonstrada por acções concretas.
- (ii) Enquanto a África deve tentar encontrar soluções ao nível interno, não haverá qualquer ganho, reinventando a roda. Cada um dos países africanos está na posição confortável de escolher os pontos mais fortes de vários sistemas e adaptá-los às suas próprias necessidades específicas.
- (iii) A China, o Brasil e o Vietnam demonstraram o seu forte compromisso para participar na Cooperação Sul-Sul, de modo a reforçar as parcerias na implementação do CAADP e a erradicação da fome.

SESSÃO DE CHEFES DE ESTADO

1ª SESSÃO: Sessão de Abertura

24. Discursos de Abertura foram proferidos por Sua Excelência a Presidente da CUA, seguido pela Directora-geral da FAO, Sua Excelência Lula da Silva e Sua Excelência o Primeiro-ministro da República Federal da Etiópia.

25. **S.E. a Dr^a Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da CUA**, congratulou os delegados em nome da Comissão da União Africana e recordou que as estatísticas actuais indicam que a África é a única região do mundo em que o número de pessoas afectadas pela fome registou um aumento nos últimos anos. Ela salientou que a África não pode e nem deve aceitar a fome, seja qual for a sua forma. Ela reiterou que a *"fome não é apenas uma questão de produção e de disponibilidade de alimentos, mas também um problema de distribuição, armazenamento, processamento, acesso, acessibilidade e qualidade – que também está relacionada com a saúde pública e considerações em matéria de*

desenvolvimento de recursos humanos". Ela também salientou que a erradicação da fome e a subnutrição está ao nosso alcance, visto que a África está empenhada no CAADP. A Dr^a Zuma sublinhou um papel fundamental das mulheres na agricultura, tendo recordado que os desafios em adoptar um programa favorável para as mulheres, é uma pré-condição para fazer face à fome e à pobreza em África. Ela fez um apelo para uma nova abordagem unificada, com o objectivo de acabar com a fome em África, indicando que a acção não deve ser deixada apenas a cargo do Ministério da Agricultura ou da Economia; isto exige uma abordagem multisectorial.

26. O **Diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva**, venceu a necessidade de uma abordagem integral para a promoção da segurança alimentar. Ele afirmou que, para alcançar a segurança alimentar de forma sustentável, *temos de trabalhar com pequenos produtores, ajudando-os a aumentar a produção e a produtividade, mas devemos também avaliar o acesso aos alimentos, e assegurar que famílias pobres têm os meios para a produção dos alimentos que precisam ou ganham a renda necessária para a compra dos seus alimentos*. Graziano da Silva afirmou que a FAO estava comprometida em sensibilizar líderes africanos no sentido de cumprirem com o objectivo de acabar com a fome em África até 2025.

27. O **antigo Presidente brasileiro, S.E. Luiz Inácio Lula da Silva**, esclareceu eloquentemente como a fome não é uma consequência de qualquer fenómeno natural, mas sim uma manifestação social e cultural. Ele assegurou que a erradicação da fome era *"possível e que estava ao nosso alcance, no Brasil, em África e em qualquer outro país"*. Ele salientou que o factor primordial, neste caso, é o compromisso e a vontade política. Aconselhou que a erradicação da fome deve ser o cerne das políticas do Estado e *"não algo a usar para ganhar nas eleições"*. Ele enfatizou que a fome pode ser eliminada através de políticas apropriadas e uma forte vontade política. *"Aqueles pessoas que estão com fome, muitas vezes não estão organizadas; Elas não pertencem a sindicato nenhum, não tem força para protestar e nem sequer força para dizer que estão com fome"*. Se o Estado não cuidar dessas pessoas, os orçamentos públicos serão inteiramente destinados aos sectores organizados da sociedade.

28. Ele informou a reunião que o Brasil atingiu um crescimento anual de 14 % do PIB, como resultado do combate à fome e, em especial, o componente da distribuição de riqueza. *"Caso contrário, continuaremos a proporcionar alívio e não o crescimento económico"*, assegurou. Acrescentou que *"quanto mais envolvemos a sociedade civil, mais avançamos rumo ao crescimento económico"*. Ele disse que ficou feliz ao constatar que alguns países africanos já realizaram o primeiro ODM visado a *"mitigar a pobreza pela metade"*. Ele foi enfático ao afirmar que os governos devem destinar uma parte dos seus orçamentos para os

pobres. Se isso não for feito, o problema da fome não será resolvido agora, ou até 2025 ou nunca.

29. **S.E. Hailemariam Desalegn, Primeiro-ministro da República Federal Democrática da Etiópia**, congratulou os delegados, em nome do povo Etíope. Referindo que a carestia e a fome são fenómenos complexos, além da auto-suficiência alimentar, ele lançou um apelo para um olhar cuidadoso sobre a causa da fome-pobreza. Ele afirmou que a África poderia pôr fim à fome e à subnutrição, apelando para uma abordagem comum que identifique melhores práticas e escalonáveis dentro e fora da África. Ele convidou a comunidade internacional a chegar a acordo sobre um roteiro comum para se fazer face aos efeitos das alterações climáticas sobre o desenvolvimento sustentável em África, a fim de erradicar a fome, antes de declarar a abertura oficial da Reunião de Alto Nível.

2ª SESSÃO: PROGRESSOS ALCANÇADOS NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA AFRICANA E FOCO NA PRÓXIMA DÉCADA E A ERRADICAÇÃO DA FOME

30. **S.E. Dr. Ibrahim Assane Mayaki**, Director-executivo da Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD, realçou o importante apoio da UA, Estados-membros e de todas as partes interessadas para o Roteiro de Implementação concebido para a erradicação da fome e da pobreza, através do Quadro do CAADP. Ele destacou o facto de que o fornecimento inadequado de energia no continente foi mais um problema regional do que nacional, que comprometeu a prestação de serviços socioculturais, educação e saúde, tendo por sua vez um impacto negativo na produtividade agrícola. Apesar de estar em curso o projecto energético prioritário do PIDA ao nível continental, ele apelou os Estados-membros a desempenhar um papel primordial no investimento de energias renováveis, com vista a aumentar a produtividade agrícola e a produção de alimentos.

3ª SESSÃO: MESA REDONDA DE PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO:

31. Esta sessão foi intitulada: "Parcerias para a Erradicação da Fome em África". A mesma foi moderada pelo Ilustre Dr. Akinwunmi Adesina, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Nigéria.

32. Como oradores figuram S.E. Olusegun Obasanjo; S.E. John Kufuor; S.E. Ertharin Cousin do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM), o Dr. Michael Hailu da CTA, o Sr. Laurence Lee e o Sr. Marcio Porto.

33. **S.E. Olusegun Obasanjo**, antigo presidente da República Federal da Nigéria, fundador e presidente da "Fundação Olusegun Obasanjo", defendeu que

as sociedades em África devem considerar o recurso ao alimentos básicos indígenas, produzidos localmente.

34. **O Sr. Marcio Porto**, da Embrapa, uma companhia brasileira de Pesquisa Agrícola, foi de opinião que o vocábulo 'pesquisa' em si, foi raramente mencionada durante a conferência; enquanto que só a pesquisa agrícola pública pode proporcionar segurança alimentar sustentável, "*nenhum país pode depender apenas de tecnologias importadas*". Ele acrescentou ainda que a melhor maneira de aumentar a atractividade do sector agrícola para a juventude, é tornar disponível resultados da investigação de financiamento público.

35. **O Sr. Laurence Lee**, da Fundação Bill & Melinda Gates, informou que o portfólio agrícola na Fundação ocupa o segundo lugar, depois da saúde. Ele defendeu que para melhorar a nutrição através de apoio a pesquisa e o desenvolvimento de cultivos básicos (mandioca, milho, etc.), incluindo sementes de criação convencionais conhecidas como biofortificação. Juntamente com as suas intervenções sobre a saúde, ele acredita que a Fundação pode, de facto, fazer uma diferença significativa.

36. **O Dr. Michael Hailu**, Director do Centro Técnico para a Cooperação Agrícola e Rural (CTA), disse que a tecnologia de informação tem um papel central a desempenhar na promoção do processo de transformação agrícola no continente, actuando em diferentes níveis, alterando a forma como a prestação de serviços pode ser feita para os produtores rurais.

37. **74. Ertharin Cousin**, Directora-executiva do Programa Alimentar Mundial das NU, sublinhou que a reunião foi uma oportunidade única e fecunda para colaborar com líderes africanos em torno da segurança alimentar e nutrição. "*Sinto-me inspirada pelo evidente compromisso para abordar questões de segurança alimentar e nutricional, que é a chave para o alcance da meta de fome-zero do Secretário-geral.*" Ela acrescentou que, juntamente com as outras agências em Roma, a ONU continua empenhada em apoiar a União Africana e o CAADP na implementação de programas de segurança alimentar no continente.

Questões-chave abordadas na Mesa Redonda:

- (i) incapacidade de crescimento do PIB para traduzir-se na redução da fome.
- (ii) uma mudança paradigmática é necessária onde a agricultura é vista como um negócio, ao invés de subsistência.
- (iii) a necessidade de associar a segurança alimentar específica com políticas sociais.

3ª SESSÃO: MESA REDONDA DE CHEFES DE ESTADO

38. Esta sessão de mesa-redonda foi intitulada, "Compromisso em Acabar com a Fome em África". A mesma foi moderada pelo Dr. Carlos Lopes, Secretário- executivo da UNECA. Como oradores, destacam-se Chefes de Estado/seus representantes do Níger, Suazilândia, Tanzânia, Camarões, Brasil e Etiópia.

Questões-chave dos Debates da Mesa Redonda dos Chefes de Estado e de Governo:

- (i) Empenhamiento para a transformação dos abundantes recursos (trabalho, terra, água, etc.) em oportunidades para a erradicação da fome, pobreza e desenvolvimento económico;
- (ii) A população africana é predominantemente de jovens que muitas vezes têm pouco interesse e desprovidos de incentivos para participarem no trabalho agrícola. É necessário investir na juventude para que possam contribuir eficazmente para a transformação agrícola.
- (iii) O compromisso político é fundamental; caso contrário, muito pouco pode ser alcançado. Os países devem explorar formas de renovar o seu compromisso político para a erradicação da fome.

4 SESSÃO: DISCURSOS DE ENCERRAMENTO

- a. S.E. Tumusiime Rhoda Peace, Comissária para Economia Rural e Agricultura da Comissão da União Africana, leu a Declaração da Reunião de Alto Nível (Anexo 1) que foi adoptada anonimamente.

39. S.E. Dra. Zuma convidou o **Vice-presidente da República Unida da Tanzânia, Dr. Mohammed Gharib Bilal**, para encerrar a Reunião de Alto Nível. O Dr. Bilal agradeceu a Dra. Zuma pela honra que lhe foi dada para encerrar a reunião, tendo reafirmado que a Reunião de Alto Nível veio a ser uma rara oportunidade para se fazer um balanço das realizações atingidas, 10 anos depois da Declaração de Maputo. Ele agradeceu, em nome de todos os delegados, os organizadores (CUA, FAO e o Instituto Lula) da reunião de três dias que foi enriquecida através de debates. Sublinhou que os resultados da reunião representam o desejo de acção. Declarou a reunião oficialmente encerrada.

MENSAGENS-CHAVE

- (i) O impacto negativo da fome e da subnutrição nas economias africanas realçou, com consenso, a meta de 2025 para a Erradicação da fome em África, está bem definido.
- (ii) a necessidade de mobilizar recursos orçamentais internos para programas destinados a transformar o sector de produção de alimentos e definir a

erradicação da fome e o desenvolvimento de instituições como objectivos políticos.

- (iii) a Parceria Renovada ajudará os países africanos a aprender de e a adaptar políticas e práticas que já estão a ser aplicados na África, Ásia e América Latina.

ERRADICAÇÃO DA FOME EM ÁFRICA: ROTEIRO SÍNTESE PARA ACÇÃO

40. Os Estados-Membros representados na Reunião de Alto Nível recomendaram que os países deviam tomar todas as medidas necessárias para rapidamente atingir as seguintes metas de desempenho relacionadas com a fome:

- Eliminar a pobreza e a fome até 2025, ou seja, no mesmo período de tempo daquilo que foi acordado para se manter o Ímpeto do CAADP (SCM);
- Nos países que implementam cabalmente a abordagem de Parceria Renovada, reduzir a fome para 40% até 2017;
- Melhorar o acesso aos alimentos ao longo do ano, reduzindo assim a necessidade de ajuda alimentar externa, num período de 10 anos;
- Eliminação da subnutrição crónica em menores de cinco anos em África e melhorar a nutrição de gestantes e da primeira infância;
- Dobrar a produtividade de alimentos básicos no prazo de 5 a 10 anos, sem comprometer a sustentabilidade ambiental dos sistemas agrários;
- e
- Reduzir os níveis de desperdícios de bens alimentícios para não menos do que a média global, com o objectivo de continuar a minimizá-los rapidamente.

41. A iniciativa baseia-se no Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e combina o seu foco de produção agrícola com intervenções na protecção social, para que as populações actualmente marginalizadas ou deslocadas (seja rural ou urbana) possam reintegrar-se na vida económica.

PRINCÍPIOS-CHAVE

- (i) *Forte liderança constitui um factor decisivo para o sucesso no combate a fome:* Pois, que todas as ambições, metas e alvos estarão votados ao fracasso, se não forem promovidos e apoiados pela ambição política ao mais alto nível. Para se atingir, com sucesso, uma transformação económica sustentada e célere, em geral, e o domínio técnico da agricultura, é importante que haja um firme compromisso da liderança nacional.
- (ii) *Parceria Renovada:* o apoio e engajamento dos inúmeros actores na vibrante sociedade africana, incluindo as contribuições de empresários, organizações da sociedade civil, cooperativas e

universidades, trarão benefícios para todos no continente. A Parceria Renovada visa proporcionar uma mediação/facilitação de acesso a abordagens mais adequadas de melhores práticas, podendo a África seleccionar, adaptar e aprender delas. A parceria reconhece que não se pode aplicar com sucesso, uma única abordagem para todos.

- (iii) *O financiamento nacional é a chave para a Erradicação da fome: os governos africanos devem voltar a priorizar a erradicação da fome, pois tem benefícios económicos nos seus orçamentos.*
- (iv) *Disposições institucionais para a coordenação: O mais importante é que os arranjos institucionais ao mais alto nível coordenem inúmeras agências governamentais, para além das instituições do sector agrícola. Esta é a única maneira de aproveitar toda a energia necessária para a erradicação da fome e assegurar uma boa oportunidade para envolver tanto governos centrais como descentralizados, bem como comunidades locais.*

ELOGIOS E APROVAÇÃO DA INICIATIVA

42. Vários Estados-Membros elogiaram e aprovaram a iniciativa para a erradicação da fome, após terem partilhado experiências e histórias de sucesso dos seus próprios países.

PAÍSES REPRESENTADOS

43. Na Reunião de Alto Nível dedicada à Erradicação da Fome em África, fizeram-se representar os seguintes países:

Argélia - Benin - Brasil - Burkina Faso - Burundi - Camarões - Cabo Verde - China - Congo - Comores - Cote D'Ivoire - Etiópia - Guiné Equatorial - Gabão - Gâmbia - Gana - Japão - Itália - Quênia - Libéria - Madagáscar - Malawi - Moçambique - Marrocos - Namibia - Níger - Nigéria - Ruanda - Senegal - Seicheles - Sudão do Sul - Sudão - Swazilândia - Togo - Tunísia - Uganda - Estados Unidos - Vietnam - Zâmbia - Zimbabué.

DECLARAÇÃO

Rumo ao Renascimento Africano: Parceria Renovada para uma Abordagem Unificada sobre a Erradicação da Fome em África até 2025 no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África

A Reunião de Alto Nível sobre a Parceria Renovada para uma Abordagem Unificada para a Erradicação da Fome em África, foi realizada conjuntamente pela União Africana, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Instituto Lula.

Nós, Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da União Africana, juntamente com representantes de organizações internacionais, organizações da sociedade civil, sector privado, cooperativas, agricultores, juventude, universidades e outros parceiros envolvidos com a erradicação da fome em África, reunidos em Adis Abeba, Etiópia, de 30 de Junho – 1 de Julho de 2013 para explorar medidas inovadoras e viáveis para erradicar a fome em África;

Reconhecendo que a África tem testemunhado um crescimento económico de proporções sem precedentes, que coincide com uma melhoria na governação, que contribui para avanços significativos no combate à fome em vários países;

Reconhecendo igualmente que cerca de 25 por cento da população africana (cerca de 245 milhões de pessoas) não tem alimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades nutricionais básicas e entre 30 a 40 por cento das crianças menores de 5 anos continuam a sofrer de subnutrição crónica;

Reconhecendo ainda que um grande número de famílias enfrenta ainda insegurança alimentar e desnutrição devido à baixa disponibilidade de alimentos, de renda e ao desemprego, ao risco e vulnerabilidade, à falta de acesso aos serviços básicos, como a saúde, água, saneamento e educação;

Reconhecendo, por outro lado, que mulheres pequenas agricultoras constituem a maioria dos produtores de alimentos, mas continuam vulneráveis e necessitam de apoio específico;

Reafirmando o papel significativo do ensino, formação e investigação e desenvolvimento agrícola na evolução da agenda da ciência, tecnologias e plataformas de inovação agrícola africana no avanço da visão de uma África com Segurança Alimentar;

Notando que apesar do enorme potencial de África para a melhoria da produtividade agrícola no continente (agricultura, pecuária, pesca e silvicultura, no que diz respeito às culturas), continua a ser, em média, a menor entre as regiões em desenvolvimento, com apenas 6 por cento da

área cultivada equipada para irrigação em todo o continente, em comparação aos 20 por cento a nível global;

Notando igualmente que o sector privado africano é um recurso subutilizado que deve ser aproveitado para participar plenamente na transformação agrícola africana;

Reconhecendo que um número alarmante de famílias rurais em África enfrenta marginalização económica devido ao acesso limitado aos importantes insumos, recursos, serviços, mercados e infra-estruturas e à exposição ao risco;

Reconhecendo igualmente que os problemas da fome e da insegurança alimentar em África são multifacetados e multidimensionais e tendem a persistir, a menos que nós, como líderes, trabalhemos em conjunto com as principais partes interessadas na sociedade em geral, para garantir que sejam tomadas, pelos nossos governos e pela sociedade em geral, acções ousadas, urgentes, determinadas e concertadas, dado o aumento previsto da população de África e a pressão sobre os recursos naturais, incluindo as alterações climáticas;

Recordando a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Acção da Cimeira Mundial de Alimentos (1996) para o alcance da segurança alimentar para todos através de um esforço contínuo para a erradicação da fome em todos os países, bem como o nosso compromisso de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);

Recordando igualmente a Declaração de Maputo de Julho de 2003 que aprovou o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), como o quadro para fazer face aos desafios de desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar de África de uma forma coordenada;

Reconhecendo que o desenvolvimento do CAADP foi uma conquista colectiva única de África, com o objectivo de reduzir a fome e a pobreza através do desenvolvimento agrícola;

Tomando Nota do Desafio do Secretário-geral das Nações Unidas de Fome Zero (2012) e reconhecendo os sucessos dos programas de erradicação da fome em outras partes do mundo e a importância da protecção social na concretização desse objectivo;

Reconhecendo que a segurança alimentar e nutricional sustentável e a inclusão social exigem o crescimento das nossas economias e a erradicação da pobreza;

Reconhecendo o grande potencial do desenvolvimento agrícola africano, a crescente população jovem e a disponibilidade de grandes recursos de terra e água que podem ser utilizados para a produção agrícola em geral, incluindo a pecuária, agricultura, pesca e silvicultura;

Reconhecendo que a erradicação da fome em África requer parcerias renovadas nos termos de uma abordagem unificada e com o compromisso político de alto nível;

Notando que a União Africana, a FAO, o Instituto Lula e os Actores Não-Estatais em geral estão empenhados em apoiar de forma activa a implementação da presente Declaração:

1. **DECLARAMOS** a nossa vontade de erradicação da fome no nosso Continente até 2025, de acordo com o processo de manutenção do ímpeto do CAADP;
2. **COMPROMETEMOS** o nosso empenho político de erradicação da fome e, para este fim, **PROMETEMOS**:
 - a) Trabalhar com e mobilizar as nossas sociedades e instituições, públicas e privadas, para um renascimento em África que gere prosperidade para todos os africanos;
 - b) Reforçar os sistemas de colaboração intersectorial entre as instituições e de cooperação com actores não-estatais (organizações de agricultores, sociedade civil, universidades e sector privado) para a implementação da presente agenda;
 - c) Aumentar e priorizar o investimento público no desenvolvimento agrícola, especialmente em elementos que catalisam o investimento privado no sector;
 - d) Complementar as medidas para o aumento da produtividade agrícola com a protecção social, com atenção à nutrição, garantindo a sustentabilidade ambiental;
 - e) Comprometer rubricas orçamentais direccionadas à protecção social, dentro dos orçamentos nacionais, para que os pobres possam voltar a envolver-se em actividades económicas;
 - f) Aumentar o apoio à juventude como uma garantia para a prosperidade agrícola futura, bem como para os pequenos agricultores, especialmente as mulheres, tornando o sector atractivo e suprimindo os obstáculos ao desempenho eficaz;
 - g) Garantir o direito de acesso à terra e aos recursos hídricos e melhorar a capacidade para a sua gestão sustentável.
3. **REAFIRMAMOS** o nosso compromisso de:
 - a) acelerar a implementação da Declaração de Maputo de Julho de 2003 sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África, conforme descrito no quadro do CAADP;

- b) promover o acesso a fundos nacionais, bem como aos fundos existentes que suportam o CAADP e de incentivar os Estados-membros a contribuir igualmente para o catalisador Fundo Fiduciário de Solidariedade para a Segurança Alimentar em África, lançado em Brazzaville, em Abril de 2012, durante a Conferência Regional para África da FAO;
 - c) iniciar acções conjuntas para integrar e operacionalizar a Abordagem Renovada Unificada para a Erradicação da Fome em África no CAADP e processos relacionados.
 - d) garantir o aumento da participação dos cidadãos na concepção, desenvolvimento e implementação de políticas e intervenção, bem como na monitorização dos resultados em relação aos compromissos e prestação de contas.
4. **SOLICITAMOS** à CUA, FAO, Instituto Lula, com o envolvimento pleno de Actores Não-Estatais a:
- a) apoiar a Parceria Renovada para a Erradicação da Fome em África até o ano 2025;
 - b) apoiar os Governos dos Estados-membros da UA na adopção, adaptação e intensificação das melhores práticas, conforme apropriado, para fazer avançar o progresso agrícola em toda a África;
 - c) promover e reforçar a cooperação Sul-Sul por meio das instituições públicas e Actores Não-Estatais para acção e aprendizagem no âmbito da Parceria Renovada;
5. **SOLICITAMOS** aos Parceiros de Desenvolvimento no sentido de reforçar a Parceria Renovada para a Erradicação da Fome na sua cooperação com a África no âmbito do CAADP;
6. **SOLICITAMOS IGUALMENTE** à Comissão da União Africana, em cooperação com as partes interessadas adequadas, incluindo a Actores Não-Estatais a:
- a) estabelecer uma plataforma de múltiplas partes interessadas, representante da sociedade civil africana, que funcione como conselheiro à presente parceria renovada e assuntos relacionados;
 - b) aplicar o quadro de responsabilização mútua do CAADP para a monitorização e avaliação do progresso para a erradicação da fome até 2025, incluindo a facilitação e apoio adequado às análises nacionais conjuntas do sector;

- c) desenvolver estratégias de advocacia e mensagens na busca e Manutenção do Ímpeto do CAADP
 - d) Honrar a cada três anos os países e partes interessadas seleccionadas que façam progressos ou contribuições significativas para a erradicação da fome.
7. **RENOVAMOS** o nosso compromisso de alcançar o objectivo da Reunião de Alto Nível sobre a Parceria Renovada para a Erradicação da Fome em África, e **COMPROMETEMO-NOS** com o roteiro a ser implementado essencialmente com recursos próprios e com a assistência dos nossos parceiros técnicos e de desenvolvimento.

Feita em Adis Abeba, Etiópia, no dia 1 de Julho de 2013

2014

Relatório Da Reunião De Alto Nível
Sobre A Parceria Renovada Para Uma
Abordagem Unificada Sobre A
Erradicação Da Fome Em África Até
2025, No Âmbito Do Programa
Integrado Para O Desenvolvimento Da
Agricultura Em África Adis Abeba,
Etiópia, 29 De Junho – 1 De Julho De 2013

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4072>

Downloaded from African Union Common Repository